

Energia Alerta

A energia do Brasil está em nossas mãos

www.urbanitariosdf.org.br

O Jornal do Sindicato

Sindicato dos Urbanitários no Distrito Federal - Julho de 2015 - Ano 4 - Nº 31

Filiado à CUT e FNU



NOVOS DESAFIOS

A posse da nova Diretoria eleita do STIU-DF foi marcada pelo compromisso dos 36 dirigentes sindicais em continuar a luta pela ampliação e manutenção das conquistas da categoria eletricitária nos próximos três anos de mandato.

Experiência, renovação e mais mulheres estão entre as características da nova Diretoria. **P. 04**



Categorias, sindicatos e empresas se fortalecem

PL que previa a venda de ações das estatais é retirado pelo GDF após grande pressão dos trabalhadores da CEB, Caesb e BRB. Para muitos, a iniciativa do governo era o pontapé inicial para privatizações.

Sindicalistas do STIU-DF, Sindágua e Bancários reeditaram o Fórum em Defesa das Estatais para dialogar com distritais e o GDF. Pressão das categorias ajudou a retirar o apoio de deputados ao projeto de lei **P. 05**.

Entrevista

TCU suspendeu o processo de renovação das concessões de 39 empresas de distribuição de energia. A suspensão colocou mais instabilidade no setor elétrico, uma vez que a não prorrogação da concessão cria mais insegurança, avalia o superintendente de Regulação da CEB, Reinaldo de Lima Rosa. **P. 03**



FEDERAIS

P.5

Rodadas de negociação para Data-Base 2015 iniciaram este mês.

VISÃO STIU-DF

P.6

Mercado ataca empresas estatais para privatizá-las.

PETROBRAS

P.7

Proposta de senador tucano privilegia empresas privadas.

SUSTENTABILIDADE

P.8

ONG capacita jovens carentes em oficinas de condicionamento.

PALAVRA DO DIRETOR

A Esperança e a Luta continuam

Wandyr Ferreira

Durante o processo eleitoral ficou evidente o confronto de visões de mundo diferentes. No entanto, culminou com o reconhecimento da categoria pela continuidade no histórico de lutas e conquistas que ao longo dos 31 anos do STIU-DF nos orgulha ter vivido.

A categoria percebeu que manter essa trajetória de luta era fundamental neste mo-

mento difícil do setor elétrico. A experiência e competência das nossas lideranças sindicais têm sido o diferencial nos processos de negociação com as empresas e com os governos estadual e federal.

Essa tradição sindical tem sido muito importante. Tanto que conquistamos direitos históricos nesse período. Contudo, precisamos inaugurar uma nova etapa que provenha de um sindicalismo ainda mais interativo, dinâmico e moderno, com a utilização de novas ferramentas e métodos inovadores. Sobretudo, ampliando a participação dos eletricitários nas principais decisões.

Como o sindicalismo sempre se pautou pelo princípio básico de que não existe geração de riqueza sem trabalho, devemos ter a certeza de que a manutenção e ampliação de nossas conquistas passam necessariamente pelo fortalecimento de nossas empresas.

Dessa forma entendo que este mandato deve se pautar nos seguintes aspectos:

1. Reorientar as energias

despendidas com disputas internas de modo a reconquistar a confiança de toda a categoria;

2. Buscar a unidade em torno de objetivos comuns que possam garantir a existência de nossas empresas em condições saudáveis e com futuro promissor; e

3. Lutar contra a flexibilização e a precarização das relações de trabalho que muitas vezes são cogitadas em negociações.

Nesse sentido, devemos ter a clareza de que ninguém defenderá os nossos interesses, senão nós mesmos, enquanto trabalhadores realmente organizados e atuantes. Nesse contexto vale citar o filósofo esloveno Slavoj Zizek, "nós somos aquele por quem estávamos esperando". Por essa razão temos que estar unidos para que o futuro do setor e das nossas empresas continue na perspectiva de um processo vitorioso.

Boa leitura!

Brasileiros são contra financiamento privado

Em praticamente todos os casos de corrupção envolvendo políticos empresas estão pelo meio. Foi assim no mensalão do PSDB, do PT e do DEM de Brasília. Contudo, apenas petistas foram julgados e condenados. Nos outros casos, nenhuma punição.

Pesquisa feita pelo Instituto Datafolha a pedido da OAB revela o que todo mundo já sabia: 74% dos brasileiros são contra o financiamento empresarial de campanhas eleitorais. Só 10% se disseram ser a favor.

A maior rejeição se deu entre as pessoas com curso supe-

rior, 80%. A recusa também é alta entre quem ganha de 5 a 10 salários mínimos (82%).

Para 79% dos entrevistados, o financiamento privado de campanhas está ligado diretamente à corrupção. Apenas 3% acreditam que a doação de empresas previne a corrupção.



O programa é exibido na TV Comunitária de Brasília, no canal 12 da NET

EXPEDIENTE

STIU - Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Urbanas no Distrito Federal

Sede: SCS - Quadra 6 - Bloco A - Edifício Arnaldo Vilares - 7º andar - CEP: 70324-900

Jornalista Responsável: Henrique Teixeira

Equipe: Roberta Quintino, Filliph Ferraz e Hanri Benício.

Fotos: Assessoria de Comunicação do STIU-DF

Arte de Capa: Eduardo Pinto

Editoração Eletrônica: Hanri Benício.

Tiragem: 3.500 exemplares

Contato: comunicacao@stiu.org.br

(61)3226-7036

(61)3226-5752

@urbanitariosdf.org.br

Diretoria Colegiada: Alairton Gomes de Farias, Aline Rodrigues de Oliveira, André Luis dos Santos, Arthur Emílio Oliveira Caetano, Carlos Roberto Carvalho Campos, Carlos Yassuo Sudo, Cleiton Moreira de Faria, David Gomes de Oliveira Santos, Edgar Mendes Oliveira, Edy Carlos Dalóco, Elve Lucas Barbosa Cubas, Elvídio Cândido de Sousa Filho, Ermane Lima Alencar, Fabiola Latino Antezana, Flávio Henrique Gadbem Figueiróia, Francisco de Assis Moura dos Santos, Germiniano Lustosa Neto, Givaldo Romão da Silva, Hadriel Costa Miranda, Íkaro Chaves Barreto de Sousa, Josafá Oliveira Guimarães, José Daldegan Júnior, José Edmilson da Silva, Maria Luísa Nunes da Cunha, Maria Teresa Cortes Bona, Marizete das Dores Sousa, Roberto Lucena, Sidney Lucena Araújo, Victor Frota da Silva, Wandyr de Oliveira Ferreira.

Conselho Fiscal: Antônio Maria Claret Pires, Cleriston Machado Meira, Fernando Luiz Pereira Kamiguchi, Jaime Soares da Luz, Pascoal Pereira Andrade e Rivaldo Gomes de Alcantara.



Os trabalhadores e trabalhadoras do Operador Nacional do Sistema estão iniciando a Campanha Salarial. As entidades sindicais juntamente com a categoria estão montando a pré-pauta para a Data-Base que inicia em setembro.

Com o fim do prazo para oferecer sugestões na elab-

oração das cláusulas do ACT 2015/16, agora a pré-pauta será analisada em assembleias de base do ONS em vários estados, na 2ª quinzena de julho. A pauta definitiva deve ser enviada à empresa no início de agosto.

Participe das assembleias e fortaleça a nossa luta!

Setor elétrico na mídia

Renovação I

A CEB não pretende renovar antecipadamente a concessão da hidrelétrica Paranoá, cujo contrato encerra em 29 de outubro de 2019, informou a companhia em nota à Comissão de Valores Mobiliários (CVM). A empresa explicou que não viu atratividade na remuneração proposta pela Aneel para o empreendimento, a exemplo de outras empresas, como Cesp, Cemig, Copel e Celesc, que também negaram ofertas para prorrogar suas concessões de geração apresentadas no final de 2012. (Reuters, 16/06/2015).

Concessões

O TCU determinou que o Ministério de Minas e Energia suspenda, cautelarmente, o processo de prorrogação das concessões das empresas de distribuição de energia. Ao todo, 39 elétricas ganhariam o direito de renovar seus contratos por mais 30 anos. Os vencimentos estão previstos entre 7 de julho e 20 de abril de 2017. A medida cautelar, expedida pelo ministro José Múcio, interrompe o processo que está em fase final de tramitação dentro da Aneel. (Folha Online, 17/06/2015).

Renovação II

A presidente Dilma Rousseff e o ministro de Minas e Energia, Eduardo Braga, publicaram o aguardado decreto do setor elétrico que garante a possibilidade de renovação das concessões de distribuição de energia elétrica. A permissão está condicionada à eficiência do serviço prestado ao consumidor e à situação de caixa das empresas. Em julho vencem 36 contratos em todo o País. Na lista estão CEB, Celg (GO), Copel (PR), CLFSC (SP) e CNEE (SP). (Folha SP, 03/06/2015)

Reajuste

O consumidor vai ter que pagar - por meio de aumentos na conta de luz - a melhoria na qualidade dos serviços de energia elétrica que estão sendo exigidos pelo governo federal na renovação das concessões das distribuidoras. As novas regras para renovação também não permitirão a remuneração dos acionistas quando a empresa estiver fora dos padrões saudáveis de gestão financeira e de qualidade. Assim, ficam mantidos os pagamentos apenas no mínimo exigidos por Lei. (Folha Online, 09/06/2015).

SEJA AMIGO(A) DO SINDICATO NAS REDES SOCIAIS



<http://twitter.com/urbanitariosdf>



<http://www.facebook.com/sindicato.urbanitarios>

ENTREVISTA

CONCESSÕES: Processo de renovação das concessões das distribuidoras estava em fase final na Aneel.

TCU cria mais instabilidade no setor elétrico

Dos 39 processos de renovação das concessões de distribuidoras de energia elétrica que tramitavam em fase final na Aneel, 38 vencem no início deste mês. Tribunal de Contas da União suspendeu a tramitação, criando mais instabilidade no setor. Especialista avalia que o objetivo da prorrogação das concessões por mais 30 anos é manter a continuidade nos investimentos, melhorando a qualidade dos serviços.

No início do mês passado, a presidente Dilma Rousseff assinou o decreto 8.461, que prorroga as concessões de distribuição de energia por mais 30 anos. Isso representa mais estabilidade no setor elétrico, além de maior segurança aos trabalhadores e trabalhadoras efetivos.

No entanto, a Lei 12.783/13 (oriunda da MP 579), prevê apenas uma única prorrogação para renovação de concessões. Dessa forma, em 2045, se a legislação não for alterada, a concessão da CEB poderá ser licitada e as empresas de distribuição de energia que hoje são estatais poderão ser privatizadas. Isso significa salários mais baixos, menos direitos e benefícios, assim como demissões dos trabalhadores.

Colocando mais instabilidade no setor, o Tribunal de Contas da União (TCU) suspendeu o processo de prorrogação que estava em fase final na Aneel. A medida cria um grande problema, uma vez que “poderá haver uma descontinuidade na prestação dos serviços se as concessões não forem prorrogadas”, alerta o superintendente de Regulação da CEB, Reinaldo de Lima Rosa.

Formado em Engenharia Elétrica pela UnB, Reinaldo que ingressou no setor elétrico há 33 anos avalia o processo de renovação das 39 concessões de distribuição de energia.

“O País passa por um momento difícil em relação à atratividade de investimentos. Mais especificamente, o setor tem passado por momentos de turbulências, devido à escassez de energia e aos altos custos associados.”

1 Como você vê a iniciativa do governo em propor a renovação das concessões das empresas de distribuição?

Reinaldo – De forma positiva, pois o objetivo é que não haja descontinuidade nos investimentos no sistema elétrico, nem a degradação da qualidade do serviço prestado aos consumidores. Há urgência nesse processo, pois a maioria dos contratos de concessão do serviço público de distribuição de energia (38 deles) está prestes a vencer.

2 Você acha razoável o prazo de 30 anos?

Reinaldo – Sim. As concessões do setor elétrico são de longo prazo porque dependem da estabilidade econômica. É importante que esses contratos sejam assim mesmo. A Lei 12.783/13 prevê a prorrogação das concessões por uma única vez, num período de até 30 anos. Vale lembrar que as concessões de geração e da transmissão foram feitas em 2012.

3 Em sua opinião, o que é mais vantajoso em vista do interesse público, renovar as concessões ou fazer licitação?

Reinaldo – No ambiente de crise atual é mais vantajoso prorrogar as concessões.



Superintendente da CEB, Reinaldo de Lima Rosa

4 Explique melhor...

Reinaldo – Há órgãos do governo que devem zelar pelo interesse público, nesse caso a disponibilidade de energia elétrica com quantidade, qualidade e preço justo para que o País e o povo possam evoluir com sustentabilidade. As regras no setor devem ser postas com antecedência para que investidores possam realizar empreendimentos com certa previsibilidade. A Aneel estabelece regras mais estáveis para que o consumidor tenha suas necessidades e direitos garantidos.

5 Em 2012, o governo condicionou a renovação das concessões das geradoras à redução das tarifas, o que impactou drasticamente na saúde financeira das empresas. Desta vez, as condições definidas para as distribuidoras foram reduzir o número de interrupções e o tempo para o atendimento das ocorrências. Assim ficou melhor?

Reinaldo – No caso das distribuidoras, os ganhos de produtividade das empresas já são compartilhados com os consumidores durante os processos de Revisão Tarifária Periódica, que acontecem em períodos de 3, 4 ou 5 anos. No caso da CEB Distribuição é a cada

quatro anos (2004, 2008 e 2012). A Aneel avalia os investimentos prudentes e os custos operacionais eficientes, inclusive com análise comparativa entre empresas (“benchmarking” de eficiência). A qualidade do serviço também entra como variável na tarifa. Não podemos esquecer que atualmente, o percentual do setor de distribuição na fatura de energia elétrica corresponde a menos de 20% do total e que é a distribuidora o arrecadador de recursos do setor elétrico (geradores, transmissores e os encargos setoriais) e para o Governo (Tributos: Federais – PIS/COFINS – e Estadual – ICMS).

6 Para cumprir essas exigências do governo, as empresas terão que fazer investimentos. No caso da CEB, nos últimos cinco anos, a empresa investiu R\$ 740 milhões na melhoria dos serviços. Construiu seis novas subestações e mais de 100 km de linhas de distribuição. O diretor geral da Aneel disse que vai remunerar os investimentos feitos pela empresa na revisão ordinária. Isso deve acontecer por meio da tarifa?

Reinaldo – Sim, os investimentos realizados no período são considerados nos processos de Revisão Tarifária Periódica e a remuneração correspondente é introduzida

como um dos componentes da tarifa de energia.

7 A CEB anunciou que não pretende renovar antecipadamente a concessão da hidrelétrica Paranoá, que vence em outubro de 2019. Essa decisão foi acertada?

Reinaldo – Entendo que essa decisão deve ter sido precedida de uma avaliação de custos e benefícios, considerando os riscos envolvidos, sejam eles técnicos ou financeiros.

8 Em meados de junho o TCU, por meio de medida cautelar, suspendeu o processo de prorrogação das 39 concessões das empresas de distribuição. Isso não pode gerar insegurança jurídica no setor?

Reinaldo – Sim, pois o País passa por um momento difícil em relação à atratividade de investimentos. Mais especificamente, o setor tem passado por momentos de turbulências, devido à escassez de energia e aos altos custos associados. Considerando o elevado número de concessões que vencem em 07/07/2015, poderá haver uma descontinuidade na prestação dos serviços se as concessões não forem prorrogadas conforme foi proposto pelo Poder Concedente.

ELEIÇÕES

RESPONSABILIDADE: Perspectiva da nova diretoria é preservar direitos e avançar em novas conquistas.

Experiência e renovação na nova diretoria do STIU-DF

Trabalhadores e trabalhadoras do setor elétrico no DF têm nova representação numa das mais respeitadas entidades do movimento sindical. Para ex-diretor do STIU-DF, ser dirigente sindical é lutar pelo coletivo.

A disposição para a luta e a capacidade de avançar nas questões econômicas, sociais e políticas levou a categoria eletricitária a eleger, em maio, a Chapa 1 - *União e Resistência* para o triênio 2015/2018. A cerimônia de posse da nova Diretoria Colegiada e Conselho Fiscal do STIU-DF aconteceu no dia 30 passado e foi marcada pelo compromisso dos dirigentes com a categoria pela ampliação e manutenção das conquistas e pela disposição de lutar em defesa das empresas.

A nova diretoria traz experiência e renovação. Do total, um terço (1/3) participa pela primeira vez da entidade. Outro aspecto importante é o aumento da participação feminina no quadro de dirigentes sindicais. A direção é



Nova diretoria colegiada do STIU-DF toma posse no fim de junho para o triênio 2015/18.

composta por 36 membros, que representam os trabalhadores da CEB, Furnas, ONS, Eletronorte e Eletrobras. Do total de dirigentes, 30 são da diretoria colegiada e seis do Conselho Fiscal.

O representante da CUT, André Luiz, apontou o STIU-DF como uma das entidades mais respeitadas do movimento sindical, devido ao seu histórico de luta e defesa intransigente dos direitos dos trabalhadores do setor elétrico.

“Esta é mais uma diretoria que se consolida na luta em defesa de melhores condições de trabalho dos eletricitários”, disse.

Victor Frota, eleito pela segunda vez, agradeceu a confiança da categoria eletricitária e ressaltou que a cada dia os desafios se ampliam devido ao cenário desfavorável para a classe trabalhadora. No entanto, reafirmou o compromisso de lutar por avanços com o apoio da categoria eletricitária. “Temos ciência das dificuldades que virão pela frente e da importância de avançar para além das pautas corporativas. É papel do STIU-DF enfrentar o conservadorismo do Congresso Nacional para que não haja retrocessos em nossos direitos. Além disso, será preciso atuar firmemente na discussão do modelo do setor elétrico”, disse.

Em seu primeiro mandato, Aline Oliveira ressaltou a importância

da renovação na composição da Chapa. “Essa política de renovação é fundamental para que outros trabalhadores possam participar e atuar na preservação dos direitos dos eletricitários. Somar uma nova energia com experiência faz com que a luta seja mais intensa”, destacou.

Participaram da solenidade de posse representantes da Central Única dos Trabalhadores (CUT), do Sindicato Nacional dos Trabalhadores de Pesquisa e Desenvolvimento Agropecuário (Sinpaf), da Associação Nacional dos Participantes de Fundos de Pensão (Anapar), da Fundação de Previdência dos Empregados da CEB (Faceb), da Caixa de Assistência da Eletronorte (E-Vida), Companhia Energética de Brasília (CEB), da Associação dos Empregados da Eletronorte (Aseel), da TV Comunitária de Brasília, entre outras entidades.

HOMENAGEM



Jeová recebe homenagem da diretora do STIU-DF, Fabiola Antezana

Na solenidade, o ex-dirigente sindical, Jeová Oliveira, foi homenageado pela atuação de destaque a frente do STIU-DF na defesa dos direitos dos trabalhadores e trabalhadoras do setor elétrico. Ele deixa a diretoria do Sindicato após 21 anos de empenho, dedicação, aprendizado e ensinamentos.

Jeová advertiu os novos dirigentes a estarem sempre uni-

dos com os trabalhadores em defesa da manutenção das conquistas. “Só é possível manter os avanços para a categoria eletricitária com muito trabalho e seriedade de cada dirigente. Os desafios são enormes. É preciso se dedicar e muitas vezes abrir mão de interesses individuais e pessoais. Ser dirigente sindical é sinônimo de coletividade”, enfatizou.

“Esta é mais uma diretoria que se consolida na luta em defesa de melhores condições de trabalho dos eletricitários”



Representante da CUT, André Luiz

“Temos ciência das dificuldades que virão pela frente e da importância de avançar para além das pautas corporativas”



Diretor do STIU-DF, Victor Frota

“Essa política de renovação é fundamental para que outros trabalhadores possam atuar na defesa dos nossos direitos”



Diretora do STIU-DF, Aline Oliveira

NOVA DIRETORIA

Alairton Gomes de Farias (CEB)
Aline Rodrigues Oliveira (CEB)
André Luis dos Santos (CEB)
Arthur Emílio Caetano (ONS)
Carlos Roberto Campos (ELN)
Carlos Yassuo Sudo (ELN)
Cleiton Moreira de Faria (ELN)
David Gomes Oliveira (Furnas)
Edgar Mendes Oliveira (CEB)
Edy Carlos Dalóco (Furnas)
Elve Lucas Barbosa Cubas (ELN)
Elvídio Cândido Sousa (Furnas)
Ernane Lima Alencar (CEB)
Fabiola Latino Antezana (ELN)
Flávio Henrique Figueirôa (ELN)
Francisco de Assis Moura (CEB)
Germiniano Lustosa Neto (CEB)
Givaldo Romão da Silva (CEB)
Hadiel Costa Miranda (CEB)
Íkaro Barreto de Sousa (ELN)
Josafá Oliveira Guimarães (ELN)
José Daldegan Júnior (ELN)
José Edmilson da Silva (CEB)
Maria Luisa Nunes Cunha (CEB)
Maria Teresa Cortes Bona (ELN)
Marizete das Dores Sousa (ELN)
Roberto Lucena (ELN)
Sidney Lucena Araújo (CEB)
Victor Frota da Silva (ELN)
Wandyr de Oliveira (ELN)

Conselho Fiscal

Antônio Maria Claret (Furnas)
Cleriston Machado Meira (CEB)
Fernando Luiz Kamiguchi (CEB)
Jaime Soares da Luz (ELN)
Pascoal Pereira Andrade (CEB)
Rivaldo Gomes Alcantara (ELN)

CONQUISTA

PARTICIPAÇÃO: Após pressão e muitas críticas, GDF retira PL que previa a venda do patrimônio público.

Mobilização e falta de apoio político garantem vitória das categorias

Trabalhadores e trabalhadoras de estatais do GDF têm agora o desafio de lutar pela aprovação de projeto de lei que dificulta a venda de ações de empresas pública em Brasília. Proposta do deputado Chico Vigilante (PT) prevê plebiscito popular para qualquer iniciativa de venda de ações da CEB ou Caesb.

O movimento sindical e a classe trabalhadora das empresas públicas em Brasília saíram vitoriosos e fortalecidos após o primeiro grande embate com o GDF. A mobilização feita pelos trabalhadores e trabalhadoras da CEB, BRB e Caesb que lotaram o plenário da Câmara Legislativa durante a Comissão Geral e audiências públicas contribuiu e muito para a retirada do PL 467/15, que previa a venda de ações das estatais. Para muitos, o projeto de lei, proposto pelo governador Rodrigo Rollemberg (PSB), era o pontapé inicial para a privatização do patrimônio público e consequentemente a precarização do trabalho.

Na Câmara Legislativa a proposta recebeu inúmeras críticas de bancadas de vários partidos e até mesmo do líder do governo e da presidente da Casa. Sem apoio



Trabalhadores e trabalhadoras da CEB, Caesb e BRB lotam galerias da CLDF.

político, o GDF se viu isolado.

No dia 22 passado, os parlamentares enviaram ofício ao GDF solicitando a retirada de tramitação do PL 467. Dois dias depois, a proposta ainda tramitava. A deputada Celina Leão, presidente da Casa, comunicou na sessão do dia 24 que se o governo não retirasse o projeto ela o colocaria em pauta para ser votado. O encaminhamento era pela rejeição.

Com a derrota anunciada, o GDF avaliou que a retirada de tramitação do projeto seria a melhor opção. Isso porque como o PL não foi rejeitado no voto, o governo ainda pode reapresentar a proposta até 2018. “Vencemos a batalha, mas precisamos ficar atentos e vigilantes para que não sejamos surpreendidos nes-

sa guerra contra a privatização do patrimônio público”, chama atenção o diretor do STIU-DF, Edmilson da Silva. “Não acreditamos que o governador reapresente essa matéria este ano. No entanto, isso não significa que ele não queira mais retomar esse assunto nos próximos anos”, alerta.

Durante todo o mês de junho, dirigentes sindicais da CEB, Caesb e BRB, que juntos reeditaram o Fórum em Defesa das Estatais, conversaram com cada um dos 24 distritais. O objetivo era convencê-los de que a proposta não atendia os interesses da população, muito menos da classe trabalhadora dessas estatais. Atendendo ao apelo dos sindicalistas, a maioria dos parlamentares se compro-

meteu em rejeitar o PL caso ele fosse a voto.

O Fórum continua atuando junto aos órgãos do GDF com o objetivo de conscientizar o governo sobre a importância de manter as empresas públicas e os benefícios disso para a população de Brasília.

Os representantes já se reuniram com secretários e também com o governador Rodrigo Rollemberg. No encontro, os sindicalistas disseram estar desapontados com o chefe do executivo local e viram a iniciativa de enviar o PL 467 à Câmara como uma quebra de confiança, uma vez que, ainda candidato, prometeu o fortalecimento da CEB e a valorização da categoria.

Vencemos a batalha, mas precisamos ficar atentos e vigilantes para que não sejamos surpreendidos nessa guerra contra a privatização do patrimônio público.

Coincidência ou não, em 2002 um projeto similar que tramitava na Câmara Legislativa não foi aprovado. Apenas dois deputados não comparecem naquela sessão. Um deles era o então distrital Rodrigo Rollemberg.

PROMESSAS DE CAMPANHA

Ainda candidato ao cargo de governador de Brasília, Rollemberg encaminhou aos trabalhadores e trabalhadoras da Companhia uma carta compromisso intitulada “Atitude para mudar a CEB”.

Com 16 itens, o primeiro ponto da carta é justamente “manter a CEB pública”. Contraditoriamente ao que foi prometido na campanha, Rollemberg quis iniciar um processo de privatização não só da CEB, mas também em todas as empresas públicas do DF.

A modernização da empresa, a defesa dos interesses da CEB, a valorização dos empregados e a realização de concurso público também estavam entre as promessas de campanha do candidato Rollemberg.

DATA-BASE: Categoria se prepara para uma nova e intensa jornada de luta.

Com o fim das negociações da PLR, agora é a vez do ACT



Rodadas de negociação por um ACT justo aconteceram na primeira quinzena de julho. Categoria entra na luta por ganho real, reposição da inflação, melhores condições de trabalho e manutenção dos direitos e benefícios.

Enquanto duraram as negociações para o pagamento da PLR 2014, o STIU-DF e o Coletivo Nacional dos Eletricitários (CNE) se recusaram a abrir qualquer tipo de negociação com a direção da Eletrobras referente ao ACT. O objetivo era evitar que uma

negociação contaminasse a outra, prejudicando assim a categoria.

Com o fechamento do acordo para o pagamento da PLR, os trabalhadores e trabalhadoras se preparam agora para uma nova e intensa jornada de luta. Desta vez, por um ACT justo com ganho real. A primeira rodada de negociação começou na primeira quinzena de julho.

Faz alguns anos que as empresas do grupo Eletrobras tentam retirar ou barganhar direitos dos trabalhadores e trabalhadoras. Direitos esses conquistados com muita luta, ao longo de décadas.

“Não vamos considerar, muito

menos admitir, qualquer tipo de acordo que mexa com a gratificação de férias, anuênio ou o aumento de jornada de trabalho. Conquistamos esses direitos ao longo de muitos anos e não vamos aceitar qualquer tipo de barganha ou retirada desses direitos”, destaca o diretor do STIU-DF, David Santos.

David defende que, se os resultados financeiros da Eletrobras não foram bons nos últimos anos, a culpa não é da categoria. “Os resultados operacionais dos anos passado e retrasado mostram que os trabalhadores e trabalhadoras estão empenhados em tornar o

“Não vamos considerar, muito menos admitir, qualquer tipo de acordo que mexa com nossos direitos”

sistema elétrico melhor e mais eficiente. Agora, se a situação financeira não é das melhores, não foi por nossa culpa. Isso é responsabilidade de políticas equivocadas que prejudicaram as empresas. Dessa forma, entendemos que não cabe aos eletricitários pagar por essa conta, até porque, como disse, os resultados operacionais foram muito bons”, aponta.

VISÃO DO STIU-DF

PRIVATIZAÇÃO: Atendendo a exigências do mercado, distribuidora paulista deve demitir mil trabalhadores.

Unidade em defesa das empresas e dos nossos empregos

As portas para a privatização e desmonte das empresas do setor elétrico estão abertas. O cenário não está favorável aos trabalhadores e trabalhadoras. Desta forma, a classe trabalhadora precisa ter clareza de que o momento não é apenas de luta por reajuste e melhores condições de trabalho, é tempo de defender as empresas e os nossos empregos.

A 7ª maior geradora de energia do País, a Cesp, perderá a concessão de duas hidrelétricas a partir deste mês. Ambas correspondem por 75% de seu parque gerador. Isso acontecerá por conta da decisão de não aderir à renovação das concessões, conforme previsto pela Lei 12.783/2013 (legislação essa que por um lado propõe a modicidade tarifária e por outro prejudica a saúde financeira das empresas,



inviabilizando qualquer forma de sustentabilidade). As empresas, por sua vez, ao não renovar suas concessões, abrem caminho para a privatização e precarização do trabalho.

Segundo um jornal de circulação nacional, a Cesp contratou consultoria para apresentar alternativas para a redução de custos. Assim, a empresa se prepara mais uma vez para atender a “urgência do mercado”. O quadro de empregados passou de 1,5 mil trabalhadores em 2012 para apenas 900 no fim de março deste ano. Agora, a Companhia planeja lan-

çar um novo plano de demissão voluntária para dispensar outros 400 profissionais.

Este cenário não é exclusividade da Companhia de São Paulo. Atinge todo o setor elétrico. As empresas estatais estão sofrendo ataques do mercado na tentativa de desestabilização, abrindo caminho para a privatização e desmonte das estatais.

A inclusão da Celg no PND é resultado desse modelo mercantilista, que conduz e determina o comportamento da sociedade. Modelo que penaliza a classe trabalhadora e gera mais con-

centração de riqueza aos “setores produtivos”.

O ministro de Minas e Energia disse, em entrevista, que “é necessário entender que esse movimento [de privatização] é uma das partes da reestruturação do setor elétrico que vem sendo adotado, e que estuda incluir no PND ativos de geração e transmissão”.

Com esse movimento, a conjuntura não está favorável aos trabalhadores e trabalhadoras. Entretanto, a partir de um organização de classe, com a tomada de consciência coletiva, a classe trabalhadora é capaz de se organizar para avançar e não retroceder.

O resultado da PLR das empresas federais mostra que é possível garantir conquistas por meio da luta - a proposta inicial para o pagamento da Participação nos Lucros e Resultados partiu de 0,7 para média de 1,37 folha.

Da mesma forma, a luta con-

junta das categorias da CEB, BRB e Caesb barrou na Câmara Legislativa do DF o projeto do governo Rollemberg, que autoriza a venda de ações das empresas públicas em Brasília.

Assim, os movimentos sindical e social devem se organizar para combater uma possível privatização das empresas do setor elétrico, uma vez que no cenário político, partidos como o PMDB, que deveria ser o principal aliado, é o que “açoita” insistentemente o governo, alimentando uma crise de credibilidade.

A negociação da Data-Base das federais começa na primeira quinzena de julho. Posteriormente, ONS e CEB travam novas negociações. A categoria precisa ter clareza de que o momento não é apenas de luta por reajuste e melhores condições de trabalho. Também é o momento certo para defender as empresas e os nossos empregos.

OPINIÃO

O Brasil não conhece o Brasil



Por José Augusto Valente*

A imprensa, que deveria ser uma instituição que atende ao direito à informação dos cidadãos brasileiros, tem como foco as notícias e não as informações. Segundo uma das definições da imprensa tucana, em vigor, “notícia é tudo aquilo que alguém não quer ver publicado, o resto é propaganda”. Claro, essa máxima tem aplicação variada segundo quem é esse alguém.

Senão, vejamos. Na prática, ela significa omitir as realizações do governo federal, que mudam a vida do povo para melhor, “por se tratar de propaganda”. O mesmo não acontece com os governos tucanos, especialmente de São Paulo. É só conferir como foi tratado o colapso de abastecimento de água, fruto de gestão temerária da Sabesp, em que foi e continua sendo omitida a situação crítica por que passam os paulistas.

As concessões de TV, dadas à Globo e outras, teriam um papel fundamental para garantir o direito à informação da sociedade, dado o seu alcance e capilaridade, ainda mais quando associadas às emissoras de rádio. Um dos motivos é o tamanho continental do país e a enorme dificuldade que tem a população de conhecer os múltiplos aspectos das diferentes regiões.

Por exemplo, no caso dos investimentos em infraestrutura logística nas rodovias federais, a maioria dos moradores de um município somente consegue se informar sobre o que está sendo feito em todo o país com o seu dinheiro de contribuinte se a TV Globo ou outra emissora de TV ou rádio cumprir o serviço público de informar sobre as obras nas demais regiões distantes daquele município.

Quando a Globo divulga a pesquisa anual feita pela CNT sobre as condições das rodovias, apesar dos bons resultados relativos ao pavimento, as imagens que são mostradas, e as

entrevistas com caminhoneiros, mostram apenas as exceções que apresentam problemas, em trechos de baixo volume de tráfego e, portanto, de menor relevância para a população como um todo.

As pessoas teriam outra avaliação sobre o estado geral das estradas e tenderiam a acreditar que está valendo a pena pagar o dinheiro dos seus impostos

A ideia que a TV Globo pretende e consegue passar, no entanto, é de que a maior parte da malha está ruim. O que, diga-se de passagem, não corresponde à verdade desde 2006.

Desse modo, o contribuinte, corretamente, fica inconformado de pagar impostos e não ver as estradas melhoradas.

Alguém poderia dizer: mas

se o que ele vê é diferente do que a TV apresenta, ele deve desacreditar da Globo, certo? Errado!

Já, de partida, há a credibilidade de uma “informação” supostamente isenta veiculada pela televisão. Mas não é só isso. As pessoas vivem nas cidades e, em geral, realizam deslocamentos por estradas – muitas vezes sem distinguir se é federal ou estadual – num raio de 100 a 150 quilômetros de onde moram. Se a pessoa mora no Rio, ela provavelmente conhece as rodovias que acessam as regiões dos Lagos, Serrana, Sul Fluminense, Litoral Sul Fluminense. Todas essas rodovias têm seus pavimentos em bom estado de conservação.

Quando essa pessoa vê na TV Globo a divulgação tendenciosa da pesquisa CNT, longe de questionar a parcialidade da emissora, ela pensa que “exceto essa área onde circulo, o restante da malha rodoviária está um lixo!”.

Ela está errada em pensar assim? Está certa, principalmen-

te, porque a TV Globo mostra estradas de baixo volume de tráfego – portanto, com baixo impacto na logística de cargas e de passageiros – como se fosse um quadro de toda a malha rodoviária nacional.

É preciso ressaltar que a CNT não tem nada a ver com essa manipulação, na medida em que publica um relatório substancial com o verdadeiro quadro no que respeita às condições do pavimento e da sinalização.

Se a TV Globo divulgasse o que mostra a pesquisa, as pessoas teriam provavelmente uma outra avaliação sobre o estado geral das estradas e tenderiam a acreditar que está valendo a pena pagar o dinheiro dos seus impostos federais. Talvez isso até ajudasse a reduzir o volume gigantesco de sonegação de impostos, que ocorre anualmente.

*José Augusto Valente é especialista em logística e transportes.

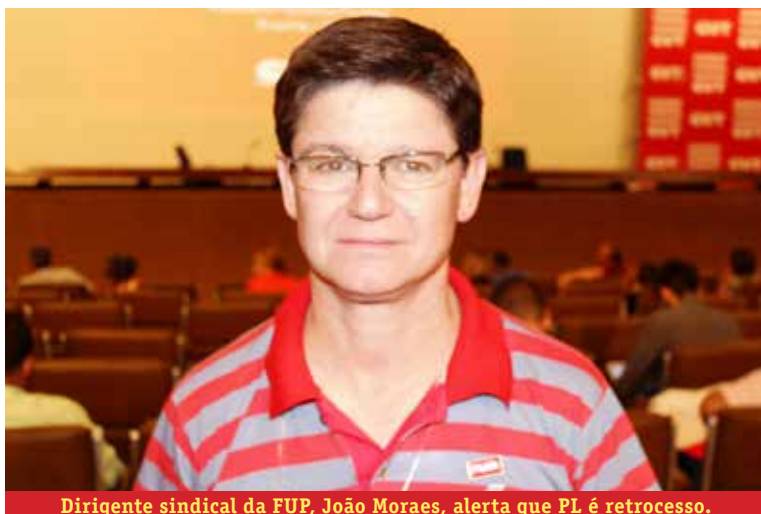
ENERGIA

PETROBRAS: Projeto de Lei do senador José Serra (PSDB-SP) ameaça a soberania nacional.

Proposta retira recursos do pré-sal para a Saúde e Educação

Projeto de Lei abre espaço para exploração da iniciativa privada sem participação da estatal. Para dirigente da FUP, a proposição é um retrocesso para o Brasil e para o setor petrolífero.

Fundamental ao desenvolvimento econômico e social brasileiro, a Petrobras é vista por algumas entidades e políticos somente pela lógica financeira. Reforçando essa perspectiva, o Projeto de Lei 131/2015 de autoria do senador José Serra (PSDB-SP) visa revogar a participação obrigatória da Petrobras no modelo de exploração de partilha da produção de petróleo na camada pré-sal, bem como excluir a condicionante de participação mínima da empresa em,



Dirigente sindical da FUP, João Moraes, alerta que PL é retrocesso.

pelo menos, 30% da exploração e produção em cada licitação.

Para João Moraes, dirigente da Federação Única dos Petroleiros (FUP), a aprovação do projeto de lei significa um retrocesso, uma

vez que o Brasil estará abrindo mão de uma grande riqueza, com expressivo desenvolvimento tecnológico. “O setor petrolífero é estratégico para qualquer País, somente essa condição já justifica a

importância de manter a Petrobras como operadora única na área do pré-sal. Além disso, a Petrobras é umas das grandes responsáveis por alavancar o desenvolvimento social do País. Esse projeto compromete a destinação de recursos para a educação e saúde, como prevê a legislação”, disse.

Moraes defende a manutenção da lei da partilha, aprovada pelo congresso nacional em 2010, que garante soberania energética, desenvolvimento econômico e destinação social dos recursos financeiros. “O atual modelo atende ao interesse nacional. A estatal possui controle estratégico da exploração, técnicas e tecnologia de extração, o que amplia o potencial e capacidade de produção da empresa”, ressalta.

“O setor petrolífero é estratégico para qualquer país, somente essa condição já justifica a importância de manter a Petrobras como operadora única na área do pré-sal”

O Projeto tramita no Senado em regime de urgência. O objetivo da FUP e demais entidades é a retirada do PLS de pauta. “Arremedios no texto não resolve o problema, a retirada do projeto é o caminho. Além disso, é essencial democratizar o debate com a sociedade. Em suma, o projeto é uma ameaça a soberania da Petrobras e do Brasil”.

TERCEIRIZAÇÃO: Grupos sociais mais vulneráveis serão atingidos de forma mais acentuada.

Mulheres tendem a ser as maiores vítimas da terceirização

Proposta permite a substituição de um posto de trabalho protegido e pertinente a uma categoria sindical forte, por um posto de trabalho terceirizado, com menos garantias e menores patamares de remuneração, atingindo, principalmente, os grupos vulneráveis no mundo do trabalho.

Dentro da realidade da terceirização, as mulheres, os negros, os imigrantes e homossexuais são os trabalhadores que mais sofrem com os efeitos da subcontratação. Caso seja aprovado o Projeto de Lei da Câmara (PLC) 30/2015, que flexibiliza a legislação trabalhista, os grupos mais vulneráveis do mundo do trabalho serão atingidos de forma mais acentuada.

Em entrevista ao Jornal Energia Alerta, Renata Dutra, integrante do Grupo de Pesquisa Indicadores de regulação do emprego no Brasil (Instituto de Economia da Unicamp), afirma que os efeitos mais nefastos da subcontratação, como a

sobrecarga, a invisibilidade e o adoecimento, tendem a atingir prioritariamente setores da sociedade que são mais vulneráveis, ou seja, grupos de pessoas, segmentadas por gênero, origem, identidade sexual e até mesmo por sua qualificação, que são discriminados socialmente e, por isso, tendem a ocupar posições desvalorizadas no mundo de trabalho.

“Mesmo sendo igualmente terceirizados, os homens tendem a ocupar mais cargos de chefia, ou cargos que rendam maiores remunerações do que as mulheres”

Ela aponta como exemplo a realidade dos operadores de call center, categoria predominantemente feminina, composta por 76% de mulheres. “Observa-se que, proporcionalmente, há

mais casos de adoecimento entre mulheres do que entre homens que exercem as mesmas funções, assim como há mais casos de assédio moral entre as teleoperadoras do que entre os teleoperadores e que, mesmo sendo igualmente terceirizados, os homens tendem a ocupar mais cargos de chefia, ou cargos que rendam maiores remunerações que as mulheres”, destaca Renata.

Para ela, a terceirização é uma medida de precarização das condições de trabalho. “Sempre que se pretende flexibilizar a legislação trabalhista, se utiliza o mesmo discurso: “com menos direitos e menos custos, será mais fácil gerar empregos”. Isso é uma inverdade. Os índices de desemprego dos últimos 12 anos são os menores da nossa história, sem que nesse período tenham sido observadas medidas de flexibilização trabalhistas relevantes. Os índices de desemprego da década de 1990 são bem maiores, e esse foi um período árido da nossa história em matéria de flexibilização da



legislação trabalhista. Então, o argumento, em si, é falho. E com relação à terceirização, ele é mais falho ainda”, enfatiza.

A criação de empregos que se promete com a terceirização de atividade-fim pressupõe a extinção do mesmo posto de trabalho na empresa tomadora de serviços. Ou seja, haverá uma substituição de um posto de trabalho protegido e pertinente a uma categoria sindical forte, por um posto de trabalho terceirizado, com menos garantias e menores patamares de remuneração.

Caso o projeto de lei venha

ser aprovado, o que pode haver é uma mudança na composição do mercado de trabalho. Se hoje existem ¼ de terceirizados e ¾ de empregos diretos, essa proporção tende a se inverter. Ou seja, o emprego não será criado: ele mudará de lugar, só que para um lugar pior.

Por fim, a subcontratação significa na prática a precarização das relações trabalhistas e o desenvolvimento das atividades empresariais e industriais, com retirada e restrição dos direitos aos trabalhadores, nada mais. É lucro acima de tudo.

SUSTENTABILIDADE**LIXO ELETRÔNICO:** Resíduo é prejudicial à saúde e meio ao ambiente.**ONG recondiciona e doa eletrônicos usados****PROGRAMANDO O FUTURO**

Você já deve ter visto alguém ou até mesmo se perguntado, onde jogar o aparelho celular velho, o televisor de tubo que não funciona mais, ou aquele vídeo cassete que só ocupa lugar na prateleira? Tem gente que descarta esses objetos como lixo comum, o que é um grande erro. Isso porque esses aparelhos são considerados resíduos tóxicos por conter chumbo, mercúrio, PVC e cádmio.

Além de contaminar o meio ambiente, essas substâncias po-

dem causar grandes prejuízos à saúde. As doenças mais comuns são envenenamento e problemas nos rins, cérebro, sistema nervoso e pulmão.

Em Brasília, o SLU segue o que determina a Política Nacional de Resíduos Sólidos para a coleta de lixo eletrônico. Segundo o instituto da logística reversa, prevista na Lei 12.305/10, as empresas devem coletar os produtos após serem descartados pelos consumidores.

Como muitas empresas não disponibilizam locais para o des-

carte de lixo eletrônico, a ONG *Programando o Futuro* tomou essa iniciativa.

Em 16 anos, a ONG já capacitou mais de 12 mil jovens carentes com oficinas de recondicionamento de computadores usados para doação a escolas, presídios e bibliotecas públicas. Todos os educadores sociais e o corpo técnico da ONG já foram ex-alunos. “Esse é um pré-requisito para atuar na Programando o Futuro”, diz o coordenador, Vilmar Simion.

“O Brasil tem uma Política Nacional de reciclagem de alumínio e papel, mas não recicla o lixo eletrônico. Aos poucos estamos inserindo essa sementinha na sociedade para que esses resíduos não sejam prejudiciais ao meio ambiente e a saúde das pessoas também sejam reconicionados corretamente”, alerta Vilmar.

WWW. *Para saber mais*
doeseucomputador.org.br

Lixo eletrônico
Locais de coleta**ASA SUL**

Estação Digital dos Vigilantes:
Ed. Venâncio IV, sala 105 e 106
Tel: 8457-5281

STJ: Praça dos Três Poderes –
recepção, térreo

Agência Nacional de Águas: Setor
Policial Sul, ao lado da ABIN

Centro de Diversidade Cultural Espaço 35: Entrequadras
112/312 Sul
Tel: 3346-4065

ASA NORTE

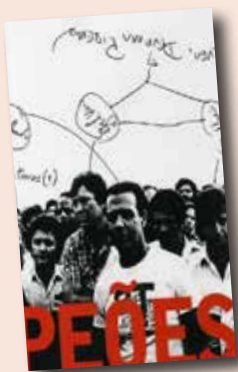
Ecomercado Bioon: CLN 303
Bloco B Loja 06
Tel: 3326-2944

GAMA

Centro de Ensino Médio Integrado: EQ 12/16 Setor Oeste
Tel: 3901-8078

NÚCLEO BANDEIRANTE

Visão Materiais de Construção:
3ª Avenida AE 13 Lt P/Q
Tel: 3386-1066

**VER****PEÕES****EDUARDO COUTINHO**

O documentário dá voz aos trabalhadores e trabalhadoras anônimos que participaram do movimento grevista de 1979 e 80, no ABC paulista. A 2ª greve durou 41 dias e foi duramente reprimida pela ditadura militar. Eles dão relatos emocionantes recordando os sofrimentos e recompensas do trabalho nas fábricas. Também comentam o efeito da militância política no âmbito familiar e opinam sobre os rumos do País.

O QUE VAI PELO BRASIL**MAIORIDADE PENAL**

Um grupo de 102 deputados de 14 partidos protocolou no STF pedido para a suspensão da votação da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 171, que reduziu a maioria penal de 18 para 16 anos para menores que cometerem crimes hediondos. Eles argumentaram que é “grave e injustificável o atropelo ao direito das minorias parlamentares e à observância das regras básicas sobre o jogo democrático”.

PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR

Neste mês, a Câmara dos Deputados instalou Comissão Especial para estudar e apresentar propostas que aprimorem a regulação e a fiscalização das entidades de previdência complementar. Atualmente, cerca de 7 milhões de pessoas são beneficiadas pelos 317 fundos de pensão existentes no Brasil. Os fundos são constituídos com recursos dos servidores e também das empresas. O patrimônio de todos esses fundos é de R\$ 710 bilhões.

GREVE

Os trabalhadores do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) deflagraram greve no dia 7 passado, paralisando as atividades totais de 213 agências e parcialmente de 292, de um total de 1.605 unidades no País. Segundo a Confederação Nacional dos Trabalhadores em Seguridade Social, 80% da categoria está em greve nos estados onde há o movimento. Os grevistas reivindicam reajuste salarial de 27,5% e melhores condições de trabalho.

O QUE VAI PELO MUNDO**VENEZUELA**

O Conselho Nacional Eleitoral (CNE) da Venezuela aprovou, no mês passado, regulamento que determina composição paritária e alternada de 50% para cada sexo nas eleições parlamentares. A regra vale para os candidatos principais e suplentes. Desde 2008, o CNE exige que as organizações políticas do país adotem a igualdade de gênero, o que elevou a participação feminina em até 42% no legislativo estadual.

CUBA

Os governos de Cuba e Estados Unidos finalizaram, no início do mês, as negociações para a retomada das relações diplomáticas. A abertura de embaixadas nos dois países será no dia 20 de julho, após 54 anos de ruptura. De acordo com o Ministério das Relações Exteriores cubano, a iniciativa é o primeiro passo para a retomada completa das relações entre os países. Cuba exige o fim do bloqueio econômico e financeiro e a devolução da Base Naval de Guantánamo.

COLÔMBIA

As Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (Farc) anunciaram um cessar-fogo unilateral a partir de 20 de julho. De acordo com as Farc, o objetivo é gerar condições favoráveis para avançar na concretização de um acordo bilateral e definitivo. O movimento solicitou a cooperação da Frente Ampla pela Paz, as igrejas e o Movimento Constituinte pela Paz. Os diálogos para a paz entre o governo e as FARC começaram em 2012, em Havana.